ATA 05/2026

Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, as dezoito horas e trinta minutos inicia-se a Audiência Pública referente a revisão do conjunto de leis do Plano Diretor, no Centro Cultural Dom Agostinho José Sartori, para tratar das leis de uso e ocupação de solo, bem como também da lei referente ao código de obras e edificações, faz a abertura dos trabalhos o Assessor de Urbanismo e Trânsito Jean Carlo Valduga, falando que o espaço destinado a audiência pública é para participação popular, objetivando atingir aos anseios da comunidade, ainda o assessor fala que durante cada intervalo de apresentação das minutas da lei será aberto espaço para manifestação populares e que servirá para comunidade preencher as fichas de sugestões que serão levadas a estudo para o Conselho Municipal de Habitação Urbanismo e Meio Ambiente e que todo material respondido ficará disponível para consulta pública, Jean ainda fala mostrando o material a toda população que ficou disponível no site da Prefeitura na aba plano diretor, sub-item Revisão do Plano Diretor – 2026, contendo os materiais para que todos os munícipes tenham acesso com transparência aos atos públicos demonstrados por meio da audiência pública, Jean ainda comenta que foram feitos avisos na rádio local, também disponibilizado no site da prefeitura e repassado o link a canais de comunicação, a Prefeitura também solicitou a publicação do ATO no diário oficial dos municípios do sudoeste do Paraná, DIOEMS em vinte e seis de março de dois mil e vinte e seis, por meio do decreto número quatro mil quinhentos e cinquenta e cinco, Jean inicia o conteúdo da apresentação a comunidade com a lei 2851 – código de obras e edificações, explanando sobre os temas que estão vigentes na lei atual com os propostos na alteração da referida lei, depois de passado a toda população sobre vários assuntos ao tema, Jean ainda cita os anexos adicionados na proposição da lei, mostra ainda na tela a tabela das infrações e penalidades que é o Anexo VI, Jean ainda fala sobre o Anexo VII que trata das vagas de estacionamento, bem como continua com o Anexo XIII da autorização para execução de tapumes, andaimes e afins, Anexo XIV que fala da autorização para execução de calçadas e demais elementos, do anexo XV que é o uso da faixa de acesso da calçada pública, Jean ainda mostra o anexo XVI que é quando necessita paralisar uma obra, fala também do anexo XVII que trata da paralisação de obra por motivo de troca de profissional técnico, também do anexo XVIII que é referente a demolição de obras, do Anexo XIX do Pedido de Retomada de obra que se encontra paralisada, Jean fala da implementação de CVCO certificado de vistoria e conclusão de obras por meio digital possibilitando ao requente fazer apenas por meio do certificado e relatório fotográfico, ainda Jean cita o Anexo XXI – modelo de laudo de habitabilidade, e também sobre o Anexo do laudo de habitabilidade com obras parcialmente acabadas, requerimento de autorização para construção de muro acima de 2,50m de altura, e do anexo para solicitação de demolição por meio de pedido digital simplificado.

Depois de todo assunto tratado sendo aberto a palavra para a população para manifestações, dúvidas e sugestões dos presentes, sendo feito uso da palavra pelo engenheiro Aladelson, o qual questionou a respeito de uma dúvida sobre o artigo 145,questionando que o mesmo já foi votado em outro momento pelo conselho, declarando que acha que o mesmo está incorreto.

Questionou também sobre a movimentação de terra, de 100 metros cúbicos para 1000 metros cúbicos.

A arquiteta Tatiane Brezolin expressou sua indignação sobre o modelo de apresentação da Audiência Pública e também a respeito das propostas apresentadas. Citou, também, o fato de que os anexos aqui apresentados não estarem presentes no site público.

Fora questionado sobre os tempos estipulados, que os mesmos estão curtos e não estão de acordo com oque a população e profissionais precisam.

Aladelson questionou que o Plano apresentado aumentou a carga de exigências que deveria diminuir e facilitar para os profissionais e servidores que trabalham nos projetos.

Com a palavra o vereador Ricardinho fala aos munícipes que a audiência e o plano apresentado está aberto a sugestões e questionamentos do público, questiona se as fichas de sugestões estão chegando ao conselho, que para algo ser aprovado precisa ser algo que colabore e facilite para os profissionais e não apenas para o setor público. Questionou também se tem um prazo para resposta do conselho sobre as sugestões apresentadas, e quem são as pessoas que fazem parte do conselho. O mesmo pediu que os profissionais presentes leiam o projeto que está presente no

site e apontem oque eles acham estar errado ou não está de acordo com as necessidades apresentadas.
Fora questionado também a respeito das vagas de veículos, que para alguns a lei é rígida e para outros não, e a exigência de vagas sendo taxada como "absurdas" para os projetos apresentados.
Solicita-se que seja anunciado com 15 dias de antecedência as audiências e seja disponibilizado o material apresentado para poupar o tempo de leitura e apresentação, dessa forma o tempo será melhor aproveitado.

O assessor acatou as falas e orientou a população a preencher as fichas de sugestões que será levado ao conselho para estudo, revisão e posteriormente será dado uma posição a respeito.

Após inúmeras discussões acerca da forma de apresentação das proposições, foi definido, de comum acordo com os presentes, que os interessados analisarão com calma e cautela todo o material disponibilizado no site do Município para, posteriormente, designar um novo ato para então, debater item por item, e então prosseguir com os trâmites legais.

Dito isto, concluiu-se por encerrar a presente audiência, sendo que o responsável pela apresentação, o assessor Jean Valduga, se comprometeu em disponibilizar os anexos faltantes no site do Município, na aba própria do Plano Diretor.

Ficou claro que apenas foi discutida a Lei Municipal nº2851/2021, tendo em vista a extensão das leis, sendo que a lei nº2850/2021 será discutida na próxima audiência pública.

Os presentes foram então liberados, sem assinatura da presente ata, devido ao adiantado do horário, sendo que restaram no recinto eu, Thiago Argenta, assessor da Procuradoria, que redige a presente ata, bem como o assessor de Urbanismo Jean Valduga.

Ato encerrado as 21:25.

Thiago Argenta.